

# JUVENTUDES E UNIVERSIDADE: OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DE JOVENS NO TEMPO PRESENTE\*



Aldimar Jacinto Duarte\*\*

**Resumo:** *a realidade atual tem colocado grandes desafios para as Instituições de Ensino Superior. Este artigo tem o objeto de analisar tais desafios frente a uma condição juvenil que tem se apresentado cada vez mais complexa frente a uma sociedade que se caracteriza pela desconstrução da democracia e pelo aumento das desigualdades sociais. Parte-se das contribuições analíticas de Bourdieu, Chauí, Coelho, Duarte, Frigoto, Gramsci, Teixeira e outros autores que contribuíram e contribuem na análise da questão social no mundo contemporâneo e da condição juvenil, em especial na busca da construção de uma sociedade democrática e igualitária.*

**Palavras-Chave:** *Juventudes. Formação. Desigualdade. Educação.*

**P**ara analisarmos a condição juvenil no tempo presente consideramos como necessário compreendermos o momento histórico no qual estamos inseridos e os desafios que são colocados para as novas gerações para a produção de suas existências materiais e simbólicas. Partimos do pressuposto que cada tempo histórico produz os seus próprios conflitos, desafios e os problemas que cada geração deverá enfrentar, sendo assim, as representações de um grupo social ou mesmo de uma geração, são mediados pelos fatores sociais, políticos, econômicos e culturais, característicos daquela realidade histórica. As próprias formas de se aderir ou de se contrapor ao poder hegemônico por parte das diferentes gerações engendram os aspectos materiais e simbólicos que caracterizam a sociedade em um determinado tempo histórico.

Ao abordarmos o tema optamos em nosso recorte por considerar que a questão central seja analisar o papel social da universidade na formação de jovens e em que medida essa instituição dialoga com a realidade cotidiana desses agentes,

\* Recebido em: 10.10.2019. Aprovado em: 25.11.2019.

\*\* Doutor e Mestre em Educação (UFG). Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação (PUC Goiás). *E-mail:* aldimarjd@hotmail.com

contribuindo ou não para a sua formação crítica e criativa para a interação transformadora do seu espaço social. Ou ainda, se tal modelo educacional teria por finalidade inculcar a obediência e a aceitação das regras do sistema social por meio do aprendizado de verdade absolutas e de uma orientação acadêmica que teria por objetivo final atender à lógica e às demandas do mercado, desconectando-se da vida, das necessidades, dos problemas, das angústias e das esperanças dos jovens, dos desafios que enfrentam em seu cotidiano, negando-lhes as condições de compreender as razões de sua situação objetiva, contribuindo assim para a reprodução das desigualdades sociais.

Várias pesquisas sobre juventude e educação demonstram que os jovens reclamam do distanciamento dos currículos acadêmicos em relação às suas realidades sociais e culturais (SPOSITO, 2005; IBASE; POLIS, 2008; SEGOVIA *et al.*, 2009; DUARTE, 2017). Os jovens depositam nos sistemas educacionais, a convicção de que poderão contribuir para a organização de seu pensamento a partir das demandas e desafios de seu tempo, proporcionando-lhe a possibilidade de compreensão e intervenção na realidade de forma prática e objetiva, principalmente por meio do trabalho e das lutas sociais.

É a partir desta problemática que pretendemos abordar o tema proposto. Em um primeiro momento tratando de alguns aspectos da condição juvenil no tempo presente, e no segundo momento, os desafios da universidade e dos cursos de formação de professores em uma sociedade em mudança.

Há que se destacar, que enquanto pesquisador, tenho nos últimos anos dado prioridade à participação política dos jovens, sua relação com os movimentos sociais e a construção da democracia. Nesse sentido, este texto estará a todo momento permeado por tais aspectos.

## A CONDIÇÃO JUVENIL NO TEMPO PRESENTE

Em primeiro lugar, há que se destacar que a categoria juventude não é homogênea, singular e muito menos descontextualizada das suas condições históricas e sociais. Podemos nos referenciar no corte de faixa etária como ponto de partida para identificar uma população de 15 a 29 anos, mas tendo a clareza da limitação desse critério. De acordo com Guimarães e Duarte (2009, p. 3),

*juventude é um fenômeno da modernidade, compreendido como uma fase de transformações biológicas, psicológicas, intelectuais e de inserção no universo social e político. Como período de transição para a vida adulta, faz-se acompanhar, sobretudo nas sociedades contemporâneas, de inúmeras tensões. Nesta ótica e para efeito desta reflexão, genericamente, entende-se: há diferentes modos de ser jovem que estão perpassados pela forma de acesso aos bens culturais, pelo recorte de classe social, de estilos de vida, de condição gênero, etnia, religião, de vivência individual e grupal.*

De acordo com esses autores, a classe social se constitui como um aspecto determinante na forma como os jovens lidam com os recursos e dispositivos dos diferentes espaços e territórios nos quais eles se inserem. Entretanto, compreendem tal categoria não de forma fixa, mas cuja lógica engendra os sujeitos em suas práticas sociais. Consideram “que o esforço de rigor do analista desloca-se do campo da delimitação das fronteiras entre classes, frações, categorias sociais, para o campo da compreensão específica da prática dos atores sociais em movimento” (SADER; PAOLI, 1988 *apud* GUIMARÃES; DUARTE, 2009, p. 04).

As desigualdades e diferenças seriam ainda aspectos importantes na análise da condição juvenil, pois envolve diversos segmentos juvenis e a sua relação com o mundo da produção e do consumo, tanto de bens materiais como bens culturais e simbólicos, “constituindo-os em consumidores potenciais privilegiados de um extenso mercado que coloca em disputas gostos, estilos de vida e atitudes legitimadas por um imaginário fundado no modelo de juvenilização” (GUIMARÃES; DUARTE, 2009, p. 04)

Mas, há que se considerar que se trata de um mundo de fragilidades e de precariedades, vão além da faixa de idade em que os jovens se encontram, embora os jovens sejam os mais atingidos. Bauman (2008, p, 189) concorda com a tese de Bourdieu quando trata da precariedade ao afirmar que:

*Em Grenoble, em dezembro de 1997, Pierre Bourdieu falou de “precariedade”, que “hoje está por todos os lados” e “assombra os conscientes e os inconscientes”. A fragilidade de todos os pontos de referência concebíveis e a incerteza endêmica a respeito do futuro afeta profundamente aqueles que já foram atingidos e todo o restante de nós que não podemos estar seguros de que golpes futuros não nos atingirão. “Transformando todo o futuro em incerto,” diz Bourdieu, “a precariedade impede qualquer antecipação racional e, em particular, esse mínimo de crença e esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável.*

O movimento de precarização e flexibilização do mundo atual tem consequências severas no processo de sociabilidade humana, ou mais especificamente, no processo de individuação dos sujeitos no tempo presente. Bauman (2008) analisa tal questão afirmando que a precariedade, ao abandonar os sujeitos aos seus próprios recursos tem como consequência a mudança de mentalidade dos agentes, levando-os a projetos individuais de curto prazo.

Os recentes estudos sobre a temática juventudes e participação política demonstram as diferentes e diversificadas formas de participação política dos jovens no mundo contemporâneo, em especial no Brasil (DUARTE, 2017; CUNHA, 2019). É notório, nesses estudos, o afastamento dos jovens dos processos democráticos convencionais e, por conseguinte, há a rotulação desses agentes como *apolíticos*, tendo em vista que muitos agrupamentos não se inserem e mesmo se contrapõem aos modelos políticos erigidos pelas gerações anteriores.

No entanto, há que se considerar que a participação política dos jovens na busca de transformações sociais, de forma supostamente espontânea, negando as instituições clássicas de representação política como, partidos e sindicatos não é nova. Os movimentos juvenis esparramados pelo mundo na década de 1960, tendo o seu ápice em 1968 com pautas diversas de reivindicação tinham em grande medida, formas de se organizar e de se manifestar muitas vezes aleatórias, espontâneas e sem lideranças reconhecidas. Suas pautas, por vezes, enfrentavam o *establishment* de partidos políticos de diversas matizes ideológicas, sindicatos e o mundo adulto caracterizados muitas vezes por gestores e professores de universidades que não aderiam aos movimentos de uma sociedade que exigia mudanças (KURLANSKY, 2005; 1968)

Mas, há dois pontos que ainda precisam ser considerados quando abordamos sobre a condição juvenil no tempo presente, embora mereçam investigações mais atentas e elaboradas para apreendermos a sua lógica e contradições. O primeiro é em relação ao caráter paradoxal da participação dos jovens na vida política. Os jovens não se mobilizam apenas no sentido de se construir a democracia e a liberdade, se articulam e se organizam também em prol da sociedade conservadora, na perda de direitos e de liberdade do conjunto da sociedade. Isso se deu com a juventude nazista na Alemanha, se deu com a juventude integralista no Brasil durante o Estado Novo de Vargas, e se deu no Brasil em 2013 com jovens que se manifestavam para reivindicar, entre outros pontos, a volta da ditadura militar (DUARTE, 2017).

O segundo aspecto a ser considerado é a ideologia que imputa aos jovens o papel de empreendedores e investidores para a garantia de seu futuro individual. Nessa lógica, ao contrário de movimentos juvenis radicais (IANNI, 1963) em períodos anteriores, que entre as suas pautas estavam a luta pelo direito ao trabalho em condições dignas, à liberdade de expressão, à educação e saúde pública com qualidade, aos direitos humanos em sua totalidade, o que vemos avançar nos dias de hoje entre jovens da classe média em seus diversos estratos é que o desafio de sua geração é ser empreendedor e investidor para a garantia de um bom futuro individual, da construção de sua própria aposentadoria futura não como um direito social de todos os cidadãos, mas como mérito individual, como prêmio pela capacidade de empreender de cada indivíduo.

É claro que o caráter individualista de segmentos da juventude não se constitui como algo novo, pois representa um dos traços da sociedade contemporânea, em especial nos períodos em que se identifica o avanço dos meios de comunicação de massa e de consumo. O que se verifica hoje é que tais aspectos tendem a se tornar hegemônicos, tendo em vista que a luta pela sobrevivência material estará deixando de ser mediada pela utopia de uma sociedade justa e igualitária. Este seria um tipo de individualismo não hedonista que caracterizaria os valores em construção, pois, o que se inculca nas novas gerações é que os sacrifícios na atualidade, a disciplina no trabalho e na vida social, a disciplina em empreender em investir financeiramente seriam garantidores de um futuro estável, e suficientes para a felicidade individual, que ao fim e ao cabo, é a que se considera como importante.

Quando olhamos para a história da participação política dos jovens no tempo presente contatamos que essa lógica de individualização dos agentes se caracteriza como perversa frente às novas gerações, pois retira dos jovens a sua capacidade utópica, transformadora, de dar o movimento à sociedade. Esta seria uma das maiores vitórias da ideologia neoliberal e conservadora: retirar dos agentes o direito a sonhar e de projetar um mundo mais justo e solidário.

Tal lógica da condição juvenil no tempo presente, em suas contradições, fazem parte da realidade objetiva e subjetiva dos jovens no tempo presente. A questão que nos desafia neste momento é: qual o papel da universidade, em especial dos cursos de formação de professores frente à essa realidade? É isso que pretendemos abordar um pouco na próxima unidade.

## OS DESAFIOS DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES FRENTE A UMA SOCIEDADE EM MUDANÇAS

Para iniciarmos nossa abordagem faz-se necessário esclarecermos um pouco o que entendemos por universidade e o seu papel no mundo ocidental enquanto instituição social. Para tanto recorreremos a um dos grandes intelectuais brasileiros que se colocaram a estudar a educação e, em específico a universidade. Trata-se de Anísio Teixeira, que em seus estudos sobre educação e a modernidade (1977), coloca o conhecimento como central no processo de constituição do homem, numa constante tentativa de superar o domínio da natureza sobre os homens e torná-los livres e independentes frente à natureza e a si mesmo.

Para Anísio Teixeira, o homem, a partir da descoberta da cultura, do racional, via-se em condições de conduzir sua própria vida, buscando superar as outras forças que o submetiam, buscando então se submeter somente à verdade, que se constrói à luz da razão.

Nasce assim, de forma intencionalizada, pelos menos ainda embrionariamente, a ideia de observar a realidade e questioná-la, no intuito de interferir, intencionalmente na trajetória humana. Na era de ouro da Grécia antiga, no Helenismo, não se buscava um conhecimento apenas erudito, contemplativo da realidade, mas um conhecimento que interferiria na própria realidade, criando uma nova cultura, uma nova concepção de humano.

Mas será na idade média, mais precisamente no século XII, que veremos a fundação das universidades, no contexto do Renascimento, constituindo-se como ponto de partida para o modelo de universidade que temos até hoje. Além de serem uma complexa instituição de ensino, a universidade medieval era também o local de pesquisa e produção do saber, caracterizando-se pelos vigorosos debates e muitas polêmicas, mesmo em um contexto histórico dominado pela religião e pela monarquia.

Ainda no século XII essa instituição buscava o caráter autônomo. Enquanto corporação tentava se organizar independentemente do Rei e do Bispo, chegando ao reconhecimento de sua independência apenas no século XIII. Embora não tenha conquistado a sua completa independência nesse período, pois para exis-

tir precisava se submeter ao campo jurídico, dominado pelo rei e pela religião, no campo das ideias foi construindo a sua autonomia.

Na idade moderna, mais precisamente nos séculos XVII e XVIII veremos o que se pode chamar do início de um novo período na Universidade Ocidental, lembrando o poder criador da Grécia antiga em seu período helênico, com a fundação definitiva da ciência, como a concebemos hoje e que caracteriza o que chamamos de modernidade e de um novo processo civilizador.

De acordo com Anísio Teixeira, a razão irá atuar no contexto da ação, contribuindo para a criação de novas formas de comportamento, bem como na resolução dos problemas humanos, pautados pela “liberdade da especulação intelectual e da incorporação da ideia ao costume e à ação, mediante instituições sociais que promovem, sob nova forma e nova eficácia, os objetivos humanos” (TEIXEIRA, 1977, p. 132).

A universidade será, então, o lugar privilegiado do exercício da liberdade, de questionar, de pensar, de produzir continuamente novos conhecimentos. Trata-se de um espaço no qual os homens, em sociedade, poderiam organizar seus objetivos de vida de forma autônoma e pluralista, em diversas áreas de ação, baseados no enriquecimento progressivo de sua inteligência, de suas ideias e de seu saber, sem o controle de instituições, tais como o Estado e a Religião.

Na Universidade, enquanto espaço de produção do conhecimento científico, os sujeitos teriam a liberdade de especular sobre a sua própria natureza, sobre a vida social, sobre o mundo, sobre os seus hábitos de pensar, de sentir, de agir e se armar de um novo poder: o de rever e reconstruir esse pensar, esse sentir e esse agir. Pode-se ainda afirmar que é por meio dos saberes produzidos nesse espaço que os sujeitos têm a possibilidade de enfrentamento das instituições e dos costumes que os submetem, os domina e os oprime.

Mas é também na Universidade que se constroem conhecimentos e ideologias que legitimam a submissão e o domínio político e social. É nesse espaço que se reforça intencionalmente poderes instituídos que têm por objetivo a reprodução de uma lógica social calcada na desigualdade, na injustiça, na exclusão, na legitimação e na naturalização das dualidades sociais. Os modelos nazifascistas, ditatoriais e fundamentalistas que dominaram e dominam diversas regiões do mundo expressam claramente esse outro poder da universidade que é de restrição do processo de humanização, aliando-se em muitos casos ao próprio processo de barbárie ou, no mínimo de elitização.

A universidade é, portanto, um espaço de conflitos, de contradições, que expressa os próprios conflitos e contradições da sociedade. Compreendê-la, em seu caráter histórico, político, social e filosófico é o primeiro passo para se posicionar criticamente e criativamente neste espaço.

Por isso é fundamental que a universidade seja o lugar social no qual se preserve a autonomia, a liberdade de pensamento. Trata-se da necessária independência para promover o saber humano, levando-o à condição de cidadão, de dirigente, de condutor de seu próprio destino, por meio das instituições sociais de sua criação (GRAMSCI, 2000). É isso que se entende por autonomia e emancipa-

ção humana tão proclamadas pelas universidades que defendem a democracia e a liberdade.

Trata-se de emancipar os seres humanos da completa submissão aos instintos, aos costumes, às tradições e instituições que se colocam acima do agir humano. Busca-se então, atingir um estágio no qual os sujeitos agem por meio de uma inteligência cultivada, por meio da legitimação e do aprimoramento da condição de intelectuais de todos, homens e mulheres, por isso a necessária garantia a todos o direito à educação integral. É por isso, que devemos conceber a universidade enquanto instituição básica do progresso humano, no mundo contemporâneo, estendendo os seus efeitos por todos os níveis da cultura. Um espaço de cultivo da consciência e da independência do saber, que tem por objetivo produzir um novo saber que eleva os seres humanos em sua vida em sociedade.

Trata-se de conceber o conhecimento como profundamente significativo e importante para a humanidade, para a sociedade, para as pessoas, sendo indissociável dos processos de compreensão e de transformação do mundo e da sociedade, de criação de direitos, de produção do real, com o outro, diferente do que existe.

Mas esse processo de aprimoramento humano e desenvolvimento social só se realizará no dia a dia da universidade se formarmos de fato uma cultura acadêmica, a qual se consubstancia na ação de professores que contribuem na formação de estudantes que tenham apreço pelo hábito de leitura, do estudo rigoroso, do trabalho com os conceitos e suas articulações, que interroge a tecnologia, os saberes e os métodos estabelecidos, no intuito de criar outros saberes e outras tecnologias mais consistentes e rigorosas.

É partir dessa perspectiva que compreendemos a importância dos cursos de formação de professores frente às condições dos jovens no tempo presente. Ou seja, a responsabilidade das Instituições de Ensino Superior (IES) em proporcionar às novas gerações, um conjunto de conhecimentos que proporcione o seu desenvolvimento humano e social, a construção das liberdades e autonomias em seu sentido coletivo.

Concordamos com Coelho (2003), quando defende a necessidade de se recuperar a universidade como instituição por excelência da contestação, do rigor no trabalho com os conceitos e métodos, da inserção rigorosa e crítica do docente e do discente. Trata-se da universidade cumprir o seu papel institucional, não se coadunando com respostas fáceis, com ideias generalistas que circulam pela sociedade como verdades absolutas, revestidas de um pensamento único, ou os modismos teóricos e metodológicos de cada época. Ou seja, a universidade é também um espaço por excelência de resistência, pois ela não deve se submeter aos modismos de cada época, aos autoritarismos que buscam historicamente o domínio de grupos restritos sobre a maioria da população.

Como espaço de formação crítica e de resistência cultural à universidade cabe levar o estudante a um questionamento crítico acerca das ideias, que circulam pela sociedade, mesmo que esse questionamento, incomode, por vez desestabilize o estudante em relação às suas convicções ou verdades que ele está acostumado a acreditar e que expressa uma *doxa* que tem por finalidade o domínio e a opressão.

Mas, um outro aspecto que precisamos analisar, principalmente quando nos colocamos a discutir o papel da universidade na sociedade contemporânea. Trata-se da submissão das instituições educacionais à lógica do mercado. Se nos momentos anteriores de nossa história as instituições educacionais e entre elas as universidades estiveram submetidas aos ditames da religião e do estado autoritário, hoje, o que vemos, é a defesa da submissão de várias instituições à lógica do mercado, à perda de direitos, à redução dos princípios da democracia e da cidadania, à negação do princípio de ampliação do princípio de ampliação e de garantia de direitos para toda a população.

Perry Anderson (1996), ao analisar a sociedade neoliberal, afirma que a principal vitória desse modelo de capitalismo não se deu no campo da economia, mas sim da cultura, pois, conseguiu tornar suas concepções como verdade mesmo nos reductos daqueles que tinham como prática a análise crítica da sociedade capitalista. Uma nova *Doxa*, ou um novo senso comum tomam conta de nosso cotidiano sem percebermos que o que está em disputa é o próprio sentido que atribuídos aos seres humanos, à sociedade, à cultura, aos tempos da vida, ao mundo do trabalho, ao mercado e, às próprias Instituições de Ensino Superior. Ideologias retrógradas atingem também estas instituições e aqueles que deveriam cumprir o papel de organizadores da cultura no sentido da formação de um ser humano renovado, mais democrático e solidário acabam por contribuir para produção e reprodução de uma sociedade desigual, violenta, racista e xenófoba. Seja por meio do silêncio ou da afirmação de valores retrógrados e autoritários alguns intelectuais acabam por contribuir no processo de opressão e de dominação.

Talvez esse estado de coisas que atingimos possa ser uma consequência do que Marilena Chauí (2003), classificou como um distanciamento da universidade de seu papel institucional, a qual foi se estruturando enquanto uma organização como outra qualquer a partir da década de 1990. Virou-se para si mesma, num sentido de alto referência; a gestão, as avaliações e a própria produção que enseja, passou a se constituir como um fim em si mesmo. Passaram a inculcarem em seus estudantes valores e concepções de mundo que visam atender, não ao processo de desenvolvimento humano e social, mas simplesmente, à sua inserção no mercado de trabalho.

Como afirma Chauí (2003, p. 07):

*A docência é pensada como habilitação rápida para graduados, que precisam entrar rapidamente num mercado de trabalho do qual serão expulsos em poucos anos, pois se tornam, em pouco tempo, jovens obsoletos e descartáveis; ou como correia de transmissão entre pesquisadores e treino para novos pesquisadores. Transmissão e adestramento. Desapareceu, portanto, a marca essencial da docência: a formação.*

Com isso, o que está em questão, o que está ameaçado é a característica essencial da educação, ou seja, a formação, que em seu sentido original indica, uma re-

lação dos seres humanos com o tempo, ao introduzir alguém ao passado de sua cultura e, ao mesmo tempo, despertar esse alguém para as questões que esse passado traz para o presente, estimulando a sua relação com o presente enquanto um sujeito histórico e social, concebendo a própria história e a sociedade como uma criação humana.

Nesta perspectiva, os estudantes dos cursos superiores, em especial das licenciaturas, devem ter o direito a uma formação teórica e prática densas; a um ambiente de produção-reflexão sobre a cultura e o saber científico-tecnológico; à formação em torno dos aspectos éticos e morais que compõem a diversidade humana e social; um conhecimento que contribua de forma efetiva na melhoria das condições de existência dos sujeitos. Sobre a consciência dos impactos que a ciência e a técnica têm sobre sua condição de classe e inclusive sobre a sua organização e poder de classe.

Prepararmo-nos academicamente para nossa atuação profissional não significa meramente nos adaptarmos à realidade, ao que está posto, mas buscar um conhecimento que nos leve a pensar novas formas, novas metodologias e novas organizações de nosso campo profissional.

Não se trata de melhorar ou nos qualificar para apenas reproduzirmos melhor nossa rotina profissional, mas de, a partir dos conhecimentos e da interação com a realidade, contribuirmos para o processo de inovação, tanto de nosso campo profissional, como, fundamentalmente, na melhoria da condição humana, na transformação social e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Os conhecimentos inerentes à formação de professores devem ajudar as novas gerações a compreenderem o fenômeno educativo para além do que está dado de imediato. Devem possibilitar a compreender a educação como prática social, ou mais claramente, como construção histórica por meio da ação intencional dos homens em suas relações sociais, permeadas pelas disputas de poder e construções de sentidos.

Ou seja, o que a história nos mostra é que, às duras penas, os movimentos sociais e populares vinculados à educação vêm, em especial, desde a década de 1950 lutando para contribuir no processo de democratização da educação. Mesmo no período da ditadura militar vários intelectuais continuaram sua missão em compreender e formular um modelo educacional que ampliasse sua perspectiva, atendendo aos anseios dos setores populares e outros setores emergentes. Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Miguel Arroyo, Dermeval Saviani, Carlos Rodrigues Brandão, entre muitos outros, são exemplos desse processo de disputa por uma educação democrática e dialógica.

Entretanto, o que vemos hoje é a negação da Filosofia, da História, da Sociologia, e da própria Pedagogia enquanto conhecimentos válidos e necessários ao processo civilizador. O que vemos hoje nas propostas e projetos de reformulação da educação, representadas em especial pelo governo Federal e pelo poder legislativo, é a busca de retroceder em relação aos avanços alcançados. Se nos momentos anteriores, em especial a partir da década de 1980, havia um cenário político e social favorável a tais avanços, hoje o que vemos é a tentativa de

retroceder nas diversas conquistas, não só educacionais, mas em todo campo social e cultural.

No contexto político e social do mundo ocidental do tempo presente, ou seja, o mundo no qual as novas gerações estão sendo formadas, o que se vê é a crescente exclusão social, a intolerância, o xenofobismo, o racismo, o sexismo, o desrespeito violento às liberdades e aos direitos humanos. O ensinar e apreender se tornam ainda mais complexos, tendo em vista que o próprio ato de ensinar novamente é colocado em questão, buscado submetê-lo a dogmas calcados em concepções fundamentalistas que arvoram um caráter de neutralidade ideológica, mas que na verdade buscam esconder seus objetos de poder e de domínio de classe, raça e gênero. A educação, a relação entre ensino e aprendizagem, a prática docente é colocada em suspeição, como se os inimigos da cultura, da formação humana fossem os intelectuais, que, por meio do conhecimento, almejam a emancipação e o desenvolvimento humano.

No Brasil, especificamente, o que vemos, por meio das ações de reformulação da educação, impetradas em especial pelo Governo Federal e pelo poder legislativo, com o apoio dos meios de comunicação, é a busca de retroceder em relação aos avanços, mesmo que parciais, alcançados historicamente no Brasil em relação à educação desde a Constituição Federal (1988) e a LDB (1996). Ao abordar especificamente sobre a reforma no ensino médio, Gomes e Duarte (2019, p. 8) afirmam que:

*Desde a Medida Provisória n. 746 de 22 de setembro de 2016, reiterou-se, no âmbito do executivo federal, o discurso de que a Reforma do Ensino, além de favorecer o protagonismo juvenil na escolha do seu itinerário formativo, atenderia às novas exigências sociais do mercado de trabalho.*

Se nos momentos anteriores, em especial a partir da década de 1980 havia um cenário político e social relativamente favorável aos avanços em relação à democracia, mesmo em um mundo no qual o neoliberalismo buscava sua hegemonia, hoje o que vemos é a tentativa enfática de retroceder nas diversas conquistas, não só educacionais, mas em todo campo social.

Mas não podemos considerar que tais retrocessos sejam apenas consequência da ação de um governo truculento, é parte também da ação sistematizada de setores da sociedade civil, sendo que um de seus atores políticos é o denominado Movimento Escola sem Partido, que agrega diversos setores conservadores de nossa sociedade em especial religiosos e empresariais. Entre outras ações nesta linha, estão os ataques às iniciativas que se configuram como um modelo educacional para a igualdade de gênero, o respeito e a valorização das diferenças, bem como, se contrapõem às abordagens educacionais voltadas para educação em direitos humanos, da ética e da cidadania. O Projeto Lei Escola Sem Partido (PL N.º 7180/14; PL N.º 867, de 2015) buscou vedar ainda, em sala de aula, o que consideram como prática de doutrinação política e

ideológica por parte dos professores junto aos estudantes, bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que consideram que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes. Trata-se do avanço de setores conservadores contra o modelo educacional que estava em construção que tinha como um de seus objetivos a formação crítica da juventude no sentido de serem agentes ativos na construção de uma sociedade democrática. As elites nacionais, aliadas à grande mídia reeditaram, com pequenas nuances, o discurso moralista que justificou o golpe civil militar de 1964, sob o signo ‘Deus, Pátria e Família’” (FRIGOTO, 2017, p. 21). E tal discurso teve ressonância em parte significativa da sociedade nas eleições brasileira de 2018.

Fundamentado nesse discurso de ódio ao conhecimento crítico e humanista o Presidente da República, Jair Bolsonaro, eleito em 2018 se coloca como inimigo das universidades públicas. Já em seu discurso no processo de campanha eleitoral, o sistema de ensino superior era apontado como um dos principais eixos que passaria por mudanças, se materializando em seu governo tanto nos cortes de verbas para as universidades federais e institutos federais de educação, como nos cortes de bolsas e financiamento de estudantes do ensino superior e, de forma também contundente, nos cortes de bolsas e recursos para a pesquisa na pós graduação.

Nesse contexto, os cursos de formação de professores são desafiados a contribuir para que os jovens se reconheçam em seu papel enquanto intelectuais da cultura. Trata-se, portanto, de conhecer e compreender a realidade em seus sentido histórico e social para que, enquanto professores, tanto da educação básica como superior, possamos assumir nossa reponsabilidade política e social enquanto profissionais que atuam na formação humana, como diria Gramsci (2000), na organização da cultura. Trata-se da graduação e da pós graduação em educação, em seu papel de formar professores e pesquisadores, que atuam ou irão atuar na educação básica e superior, compreenderem a realidade social, que possam no mínimo realizar o que Eric Rosbawm (1998) classifica como levantar pelo menos um pouco as vendas para se conseguir ver, interpretar e agir criticamente frente aos desafios da realidade.

Consideramos que estes sejam os desafios da Universidade e dos cursos de formação de professores no tempo presente. Ou seja, professores, pesquisadores e estudantes devem buscar compreender criticamente, cientificamente a realidade, julgar de forma clara e consistente os contextos políticos, sociais, econômicos e culturais nos quais jovens e adultos estão inseridos e agir, de forma pedagógica, política e social para a transformação de tal realidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de considerações finais, reforçamos a ideia de que vivemos em um mundo que se caracteriza pelo pragmatismo, no qual os jovens estudantes buscam se apropriar de conhecimentos que tenham para eles alguma utilidade imediata.

Esses agentes compreendem que necessitam de um conjunto de conhecimentos que lhes possibilite a melhoria de condições frente às exigências produtivas, políticas e simbolizadoras impostas pela sociedade do tempo presente.

No entanto, vários estudos demonstram a distância dos sistemas de ensino em relação às culturas juvenis, à realidade vivenciada por esses agentes em seu cotidiano. Ou seja, as Instituições de Ensino Superior não dialogam de forma efetiva e propositiva com as culturas juvenis, deixando de contribuir no enfrentamento que esses agentes realizam e em seu cotidiano. Não realizam uma mediação positiva de compreensão de sua realidade, de apropriação do capital cultural necessário para o desenvolvimento individual e coletivo desses agrupamentos.

Enquanto formadores, a questão que nos é colocada é: até que ponto conseguimos dialogar com as angústias e dilemas dos jovens no tempo presente? Até que ponto compreendemos e dialogamos com sua realidade para além dos estereótipos formulados sobre juventude e das perspectivas formativas unilaterais que visam uma formação meramente para atender à lógica de mercado? Em um mundo em mudanças, na qual as utopias de construção de direitos, de liberdade e justiça social são amplamente questionados pelas diversas instituições sociais, o papel social do conhecimento e da educação também passam a ser considerados ilegítimos. Qual o papel da universidade e em especial dos cursos de formação de professores na formação de jovens para o enfrentamento de sua realidade ?

É recorrente na história contemporânea em nível mundial a culpabilização de professores e intelectuais pela ação utópica dos jovens, de sua insubordinação e sua reivindicação por justiça, liberdade e igualdade. Os professores, que buscam levar os sujeitos a pensar de forma consistente e fundamentada sobre sua realidade, historicamente e socialmente construída, são recorrentemente acusados de insuflar e manipular os jovens.

Nesse sentido, o ataque sistemático ao conhecimento, à universidade, e aos professores passam a se constituir como uma estratégia de poder. Busca-se assim eliminar ou controlar os segmentos que possibilitam aos sujeitos pensar, refletir, analisar e se posicionar criticamente frente à sua realidade. O que se busca nesse sentido é eliminar a possibilidade de formação de sujeitos críticos e emancipados.

Esta constatação não se baseia em uma ficção histórica, ou em um romantismo literário, tais estratégias de dominação foram e são utilizadas por governos autoritários e totalitários em diferentes momentos de nossa história contemporânea, da Alemanha nazista à Polônia comunista; Da ditadura Vargas no Brasil ao governo democrata Lyndon Johnson, nos E.U.A, que liderou a Guerra do Vietnã (1964 a 1975). O que vemos é a desqualificação e deslegitimação das ações e manifestações dos jovens, bem como a desqualificação das instituições universitárias e dos intelectuais, em especial os professores, que se colocaram criticamente frente à realidade imposta.

Talvez estejamos, como diria Herbert Marcuse (*apud* KURLANSKY, 2005, p. 151), em um “tempo de dizer não, isto não é aceitável”. E o que não seria aceitável para

nós nos dias de hoje em uma sociedade cada vez mais conservadora, desigual e tecnologicizada? Talvez o diálogo com os jovens possa nos ajudar a vislumbrar quais os desafios teremos que enfrentar nestes momentos sombrios.

## YOUTH AND UNIVERSITY: THE CHALLENGES OF YOUTH TRAINING IN THE PRESENT TIME

**Abstract:** *the current reality has posed great challenges for Higher Education Institutions. The purpose of this paper is to analyze these challenges in the face of a youth condition that has become increasingly complex in a society characterized by the deconstruction of democracy and the increase of social inequalities. It is based on the analytical contributions of Bourdieu, Chauí, Coeho, Duarte, Frigoto, Gramsci, Teixeira and many other authors who contributed and contribute to the analysis of the social issue in the contemporary world and the youth condition, especially in the search for building a society. democratic and egalitarian.*

**Keywords:** *Youth. Formation. Inequality. Education.*

### REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. *In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático.* São Paulo: Paz e Terra, 1996.

BAUMAN, Zigmunt. *A sociedade Individualizada: vida contada e histórias vividas.* Rio de Janeiro: Zahar editora, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalinas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 1998.

CHAUÍ, Marilena. Sociedade, universidade e estado: autonomia, dependência e compromisso social. *In: A UNIVERSIDADE NA ENCRUZILHADA. Seminário Universidade: por que e como reformar?* Brasília: Unesco, 2003.

COELHO, Ildeu M. Repensando a Formação de Professores. *Nuances: Estudos sobre educação*, Presidente Prudente, SP, Ano IX, v. 09, n. 9-10, p. 47-63, 2003.

CUNHA, João Batista Coelho. *Educação, Juventudes e Participação Política: os sentidos atribuídos pelos jovens à ocupação de escolas em Goiás entre 2015 e 2016.* (Dissertação de mestrado em Educação). Goiânia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2019.

DUARTE, Aldimar Jacinto. *Jovens urbanos da periferia de Goiânia: espaços formativos e mediações escolares.* Curitiba: Editora CRV, 2017.

- DUARTE, Aldimar Jacinto. Juventude, movimentos sociais e participação política no Brasil entre os anos de 2013 a 2015. *Educativa*, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 884-901, 2016. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/5442/3014>. Acesso em: 09 out. 2019, 10:30.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G. (org.). *Escola “sem” Partido*. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017.
- GOMES, Marcilene Pelegrine; DUARTE, Aldimar Jacinto. Desigualdade social e o direito à educação no Brasil: reflexões a partir da reforma do ensino médio. *Inter-Ação*, Goiânia, v. 44, n. 1, p. 16-31, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/55708/33069>. Acesso em: 09 out. 2019.
- GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin; DUARTE, Aldimar Jacinto. Jovens urbanos da EJA e os usos sociais do tempo. *32ª Reunião anual da Anped, Caxambu*. 04 a 07 de outubro de 2009. Disponível em: <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT18-5346--Int.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.
- GRAMSCI, Antônio. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000 (1932).
- HOBBSAWM, Eric. O que a história tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea? In: *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- IANNI, Otávio. O jovem radical. *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- IBASE; POLIS. *Juventude e integração Sul-Americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis. Demandas para a construção de uma agenda comum*. Rio de Janeiro: IBASE; São Paulo: POLIS, 2008.
- KURLANSKY, Mark. *1968, o ano que abalou o mundo*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2005.
- SADER; PAOLI, M. Celia. Sobre Classes populares no pensamento sociológico brasileiro. In: CARDOSO, R. (org.). *Aventura Antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SEGOVIA, Diego *et al.* *Sociedades sul-americanas: o que dizem jovens e adultos sobre as juventudes*. Rio de Janeiro: IBASE; São Paulo: PÓLIS, 2009.
- SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-128.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação e o Mundo Moderno*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.